

O mito da inflação

SERGIO V. FONSECA

Nos últimos 30 anos, enquanto os preços no resto do mundo subiram, em média, cerca de 11 vezes, no Brasil este aumento é medido em bilhões. Apesar dessa taxa absurda de crescimento, o "combate" à inflação sempre foi a principal prioridade de todos os nossos governantes: entre o Programa de Estabilização Monetária (setembro de 1958) e o Plano Collor II, tivemos uma enxurrada de "planos", "choques" e "pacotes". Paralelamente, o padrão de vida dos brasileiros vem caindo a olhos vistos. O mais grave é que a sociedade civil, envenenada pelo que se diz a respeito da inflação, tende a culpá-la por esse empobrecimento crescente, achando que o aumento da pobreza e da miséria é uma consequência natural da inflação.

Infelizmente, a inflação, aqui, não acabará tão cedo! Para erradicá-la, são necessárias, mas não suficientes, duas condições que não temos: a primeira, que as pessoas saibam comprar, pesquisando preços e escolhendo sempre os artigos mais baratos; a segunda, que existam vários fornecedores vendendo a mesma coisa e, ainda, que haja um número grande de produtos semelhantes, substituíveis, para os compradores terem alternativas. Se os preços são livres e se os empresários procuram sempre maximizar o lucro de suas empresas, só deixarão de elevar os preços dos produtos que fabricam ou comercializam quando julgarem que, em virtude dos aumentos, podem perder vendas para a concorrência. Estamos, então, condenados a ficar cada vez mais pobres? Claro que não. Uma coisa (inflação) não tem nada a ver com a outra (desenvolvimento econômico).

Economia é um jogo de soma zero, de débitos e créditos de valores iguais. Quando a d. Maria "gasta" mil cruzeiros no supermercado, o supermercado faz uma "receita" de mil cruzeiros. Para a d. Maria, o quilo de cenoura "custa" cem cruzeiros; para o comerciante, o "preço" do quilo de cenoura é de cem cruzeiros. Para cada mercadoria ou serviço, custo e preço têm sempre o mesmo valor: é custo para quem compra e preço para quem vende. Quando o custo de vida aumenta, aumenta a renda daqueles que estão vendendo mais caro. O salário do José é a renda dele e, ao mesmo tempo, custo para seu empregador, e assim por diante. O que é receita — ou rendimento — para uns, é despesa — ou custo — para outros.

Uma vez iniciado um processo inflacio-

nário, é difícil freá-lo, porque a cada instante uns estão na frente (os que acabaram de aumentar seus preços) e outros estão atrás (os que tiveram os custos aumentados). Este é o jogo da inflação: ganham os que conseguem reajustar seus preços acima dos aumentos dos outros. Nessa luta das diversas classes por uma melhor fatia do bolo (PIB), dois preços precisam ter um tratamento diferenciado: o preço do trabalho (salários) e do capital (juros).

Os salários correm sempre atrás dos preços, no sentido que seus reajustes são "justificados" por aumentos anteriores de preços (em geral, do custo de vida). Isto significa que, havendo inflação, os assalariados transferem renda para as demais classes. Com menor poder de compra, os trabalhadores passam a consumir menos. Mistura-se a espiral inflacionária com a da pobreza: menos consumo, menos produção; menos produção, menos empregos; menos empregos, menos renda; menos renda, menos consumo; e assim por diante. Quando as taxas de inflação começam a ficar altas, é indispensável indexar-se os salários, para se reduzir as perdas de renda dos trabalhadores. No caso brasileiro, a regra tem sido justo a contrária: aumentar as perdas dos trabalhadores, em vez de reduzi-las. Isto tem ajudado a combater a inflação? Não. Basta olhar as estatísticas. Mas tem contribuído para aumentar a pobreza.

Juros são preços (receitas) para os credores e custos (despesas) para os devedores. No Brasil, os credores vêm ganhando sempre. Porque os juros que cobram têm sido maiores do que o aumento médio dos preços. A prática, estimulada pelo Governo, tem sido de se pagar e, portanto, cobrar, correção monetária mais juros, sendo a "correção monetária", ou o nome que se dê a ela, representativa da média da inflação. Consequentemente, perdem os devedores. E quem são eles? São o Governo (ou seja, todos nós), as empresas públicas e privadas, e as pessoas físicas que se endividam para comprar bens ou serviços. E os credores, quem são? São pessoas, físicas ou jurídicas, que aplicam seus recursos no mercado financeiro, em títulos da dívida pública, títulos privados, cadernetas de poupança, fundos etc.

Por que proteger os credores? Uns dizem que é para preservar a "poupança"; outros que é para "combater" a inflação. Nenhuma dessas explicações procede. A primeira decorre de uma interpretação errônea dos ensinamentos de Keynes: o que estimula a produção — e o investimento

— é o consumo, e não a sua ausência. Produz-se para o produto ser vendido, e não para ficar nas prateleiras. Investe-se em ativos fixos quando se espera obter, com as vendas futuras (consumo), uma taxa de retorno acima da taxa vigente de juros. O que os juros reais (acima da inflação) estimulam é a compra de papéis, em vez de mercadorias ou bens de capital. A segunda explicação — que é para combater a inflação — ignora que os juros elevados significam custos maiores para os devedores, que procuram repassá-los com vantagem para os compradores dos seus produtos (é a regra do jogo), aumentando mais ainda os seus preços.

Enfim, a pobreza e a miséria não vêm aumentando por causa da inflação. Vêm crescendo em virtude dos inúmeros equívocos cometidos. Basta inverter as regras de proteção, ou os vícios do jogo, para as coisas melhorarem. Se em vez de juros "reais" (que no fundo são irreais) tivéssemos taxas de juros abaixo da inflação (pouco abaixo para os pequenos poupadores e muito abaixo para os grandes), poder-se-ia favorecer os investimentos em ativos fixos e a capitalização das empresas, às custas dos investidores em papel, estimulando a criação de novos empregos e a melhoria da produtividade. Corrigindo-se a política salarial, indexando-se os salários, sem químicas ou truques contábeis, estaria-se aumentando o tamanho do mercado interno, invertendo-se o ciclo vicioso da pobreza; mais consumo, mais produção; mais produção, mais emprego; mais emprego, mais renda; mais renda, mais consumo; etc.

O que precisa ser feito — e urgentemente — é desmitificar a inflação. Ela não é ruim **per se**. A inflação gera transferências de renda, dos que estão atrás nos aumentos de preços para os que ficam na frente. Se essa redistribuição for controlada, favorecendo-se as classes produtivas e os assalariados, em detrimento das não-produtivas — os investidores em papel — pode-se voltar a crescer, aumentando a produção, o emprego e, consequentemente, a renda real das pessoas. Inflação não é incompatível com desenvolvimento econômico, mesmo quando é alta, acima de 20% ao mês. Uma vez indexada formalmente à economia, a taxa "real" da inflação passa a ser a taxa medida em termos de indexador — que vira moeda, passando a ser a unidade de valor — e não em termos da moeda corrente, que fica servindo apenas como unidade de troca.

Sergio V. Fonseca é economista e empresário.